

As histórias que essas pessoas vão contar são iguais às de muita gente. Há muito sonho, ilusão, projetos e garantia de segurança investidos em suas cadernetas de poupança. E, seis meses depois da implantação do Plano Cruzado, todos refazem suas contas. Com tranquilidade, como Manoel Peres Fernandes, aposentado: "Havia lucro alto com a poupança. Mas o custo de vida subia mais depressa ainda". Ou com desânimo, como Amador José da Silva, que aos 87 anos lamenta a perda de um bem muito mais precioso que dinheiro: "Perdi a minha independência. Antes eu vivia dos juros da poupança. Agora dependo dos filhos".

Dona Tereza sonhava com uma viagem à Espanha, Nelson vendeu o caminhão e Pedro queria ajudar os netos. Marcelina, que nunca sonhou em ganhar fortunas com a poupança — "dinheiro não cai mesmo do céu" — continua a aplicar suas economias nas cadernetas.

O caminhão que Nelson Medina vendeu era um "cegonha". Foi com ele que Nelson conseguiu comprar a casa onde mora na Mooca, com a mulher e dois filhos. Em 1984, teve um problema de saúde, acabou sendo aposentado pelo INPS e aconselhado por amigos, prestando atenção à propaganda, aplicou o dinheiro da venda — Cr\$ 65 milhões na ocasião — em uma caderneta de poupança.

É verdade que foram dois bons anos. Nelson conseguiu comprar um carro novo, um Monza, e uma moto para o filho. Os juros que a caderneta rendia, no fim de cada mês, mais a aposentadoria, "davam para viver bem". Ele recebia cerca de Cr\$ 6 milhões por mês, só da poupança. Mas depois do Plano Cruzado, ele diz que sua renda diminuiu muito, "e acabei retirando parte do próprio capital investido". Foi há três meses que ele decidiu vender o carro novo e a moto do filho e procurar outro caminhão para comprar, já que o filho, Marcelo, estava disposto a trabalhar.

O caminhão que ele vendera por Cr\$ 65 milhões, hoje está custando Cr\$ 450 mil. E o jeito foi comprar um caminhão-tanque Mercedes ano 70, há dois meses, para transporte de produtos químicos. "É verdade que era ilusório aquele rendimento da poupança, hoje eu vejo. Mas vamos recomeçar o trabalho. Difícil foi comprar esse caminhão, pois não há veículos desse tipo à venda, pelo preço que eu poderia pagar", lembra. Se valeu a pena o Plano Cruzado? Nelson ainda não sabe: "Volte daqui a algum tempo que eu respondo".

Manoel Peres Fernandes, 66 anos, dois filhos, dois netos, aposentado depois de 40 anos de trabalho no Correio, sempre aplicou suas economias em caderneta de poupança. E acha que não sai perdendo nada: "Tenho a impressão de que não houve prejuízo para o investidor. Antes do Plano, a gente podia ter um rendimento de 13% ao mês. Mas qual a vantagem, se o custo de vida subia 16, 17%? Na verdade, a gente estava tendo prejuízo".

— Há quatro ou cinco anos, meus vencimentos eram absorvidos completamente e eu era obrigado a retirar os juros da poupança, para complementar o orçamento em casa — explica Manoel. Depois do Plano Cruzado, já no segundo mês, percebeu que o dinheiro da aposentadoria estava dando e eu não precisava mais mexer na poupança e na RDB.

Mário Bruno não está contente, não. Tem 73 anos, mora há 70 no Cambuci e nos fins de tarde se reúne com os amigos no largo, para uma conversa ou "uma boa discussão sobre política". É aposentado e durante muitos anos aplicou suas economias na caderneta de poupança que lhe rendia cerca de Cr\$ 3 milhões por mês, até o Plano Cruzado. Agora, só recebe "uns duzentos trezentos cruzados, nem sei". Quem se queixa mesmo é a mulher Mafalda, que recebia metade daquele dinheiro: "Antes, a gente vivia melhor. Tabelaço, hoje, só mesmo arroz, feijão e batata. O resto está acima do preço. Um chocolate que custava Cr\$ 7,00, agora tem uma embalagem diferente, apenas, e passou para Cr\$ 10,00".

Amador José da Silva também vai à tarde até o largo do Cambuci. Ele mora na Lins de Vasconcelos com uma filha viúva, de 60 anos. Passou a vida na lavoura e por isso não é aposentado. Trabalhava na região de São Manoel, onde matou muita onça em 1920 e, aos 64 anos, foi para Goiás, depois veio para São Paulo. Tem dinheiro na poupança que foi guardando, economizando. Mas teve que gastar parte de seu capital há 6 anos, quando ficou viúvo. Estava recebendo Cr\$ 5 milhões por mês, "mas agora só tenho Cr\$ 11 mil, que não rendem mais nada". E ele se queixa da perda de sua independência.

Amador tem seis filhos, 13 netos e cinco bisnetos. Nunca dependeu de ninguém porque, além da poupança, tem um apartamento que lhe rendia um aluguel, mas "com o congelamento desses aluguéis e os inquilinos estragando o imóvel, de nada adiantam os Cr\$ 300,00 que recebo por mês". Ele diz que houve muita gente se queixando, nos últimos tempos. E se lembra de 1930, "quando nada valia nada". Hoje "é a mesma coisa": "Não vejo claro nenhum na minha frente. Se pudesse, voltava a trabalhar".

Pedro Garcia, 77 anos, casado, dois filhos, cinco netos e um bisneto, fica muito sério quando faz as contas do dinheiro que deixa de receber: "Até o Plano Cruzado, eu recebia Cr\$ 30 milhões por mês, de rendimento de uma poupança que fui juntando aos poucos. Agora, só recebo Cr\$ 7 mil, um dinheiro que faz falta, porque sou aposentado".

Pedro trabalhava na fábrica de elevadores Atlas e foi juntando suas economias na poupança, engordada pelo trabalho que fazia em casa, consertando televisores, rádios, aparelhos elétricos: "Foi graças à poupança que eu consegui dar um carro para um dos meus netos e outro para um filho. A patroa é que vive perguntando quando é que vai melhorar essa poupança".

Como vendedor, Pedro Barduk foi aplicando suas economias em cadernetas de poupança. Tem 14 delas e em 1981, quando foi sorteado em um consórcio, preferiu aplicar o dinheiro do que retirar o carro. Há dois anos, recebeu uma boa oferta por um imóvel e não vacilou: vendeu por Cr\$ 50 milhões. Aplicou metade na poupança e com o resto do dinheiro comprou outro imóvel. Hoje ele se arrepende, embora mantenha as suas cadernetas de poupança e tenha incentivado os três filhos a fazerem o mesmo.

— A grande vantagem da caderneta era a segurança — deduz o vendedor. Mas agora não estou tão certo disso. Vejo que minha poupança acabou de crescer e tudo em volta está aumentando. O pior é que a gente não recebe pela inflação verdadeira.

Ele faz um cálculo rápido e diz que perdeu "pelo menos um milhão de cruzados" por causa das novas taxas, depois do Plano Cruzado: — "Com o dinheiro que eu tinha antes, dava para comprar dois imóveis bons. Hoje, não dá para comprar um só daqueles imóveis. Admite, porém, que o mercado imobiliário está muito valorizado e isso é uma questão de momento. E acha que vai continuar aplicando na poupança, "até que apareça outro investimento mais rentável". Para ele, "o que eu queria com a poupança era fazer um bom capital. Sempre ganhei bem e não precisei mexer no principal. Agora, quero entender melhor o cálculo do trimestre."



OS ÓRFÃOS DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Eles são os depositantes em cadernetas de poupança, que usavam a correção para complementar os ganhos com salários e principalmente com as aposentadorias. Eles se queixam de que foram prejudicados, mas há também quem diga que nada mudou, já que a inflação caiu.



Cinco sugestões para colocar a economia na rota certa

Estaríamos pior sem o cruzado, afirma Carlos Antônio Rocca, da Fipe-USP. O insucesso do Plano acarretará o retorno do caos inflacionário com consequências imprevisíveis, daí a necessidade de juntar esforços para colocá-lo na rota certa, propõe José Carlos Moraes Abreu, presidente do Banco Itaú. Celso Luiz Martone, economista da FEA-USP, acha que a política econômica pode manter-se até o final deste ano ou no máximo até fevereiro de 87, quando o governo terá de optar entre inflação baixa e queda do crescimento; inflação alta e crescimento de 5 a 6%; ou um misto entre as duas hipóteses. Luis Eulálio de Bueno Vidigal Filho, presidente da Fiesp, defende o cruzado com correções nos preços e julga fundamental que o governo tenha cuidado com as Bolsas. E Rudiger Dornbusch, professor do MIT (EUA), teme a incerteza e uma política monetária apertada que podem prejudicar decisões de investimento.

São opiniões sobre os seis meses do Plano Cruzado; refletindo esperanças, propostas e sugestões críticas. Por Fábio Pahim Jr.

Último pacote teve saldo negativo

— Possivelmente estaríamos pior sem o Plano Cruzado, mesmo com os problemas verificados até agora. Foi uma decisão de oportunidade política e econômica muito grande — afirma Carlos Antônio Rocca (foto), professor da Fipe-USP e ex-secretário da Fazenda de São Paulo.

Segundo Rocca, os problemas crescentes enfrentados pelo Plano devem-se a duas coisas: 1) ter-se permitido após sua constatação em abril/maio um crescimento desproporcional da demanda do setor público e do setor privado; 2) a permanência de um congelamento estrito, mesmo sabendo-se que alguns preços ficaram malucos, criando-se "mais custos do que benefícios em relação a uma estrutura que comportava ajustes para cima e para baixo".

O economista acha "muito negativo" o saldo do último pacote: "Representou uma grande e desnecessária erosão de credibilidade com benefícios muito limitados, porque não é por aí que se controla a demanda". Qualificando como "transparente" o desequilíbrio agregado entre a oferta e a demanda, Rocca avança: "Demanda e preços relativos congelados aumentam o risco de problemas sérios com alterações nas expectativas, podendo gerar uma overshooting na oferta por consumidores e empresas". (Ou seja, uma reação de defesa de consumidores e empresas que elevariam suas compras para antecipar-se à inflação futura, dada a descrença na sustentação do congelamento.) E observa a disposição das autoridades de intensificar o uso da política monetária mediante ativa política de juros, voltada para conter a demanda. "A sinalização, para uma política fiscal expansionista combinada com política monetária restritiva, não costuma ser brilhante."

E com o aumento da taxa, cresce geometricamente a distância entre os juros cobrados e os juros pagos. "Para garantir uma taxa real de remuneração ter-se-á que imprimir um custo exagerado na outra ponta, o que inibe o uso eficaz do instrumento", adverte.

Juntar esforços, para corrigir desvios.

— O Plano Cruzado surgiu para retirar o País do caos inflacionário. Foi uma saída dentro de um cenário democrático que parecia impossível, porque a explosão inflacionária estava levando o País a uma forma de radicalismo — afirma o presidente do Itaú, José Carlos Moraes Abreu.

Ele observa, porém, que o Cruzado começa a sofrer críticas, advertindo: "A meu ver, o insucesso do Plano acarretará o retorno do caos inflacionário com consequências imprevisíveis. Devemos juntar esforços para corrigir seus desvios de maneira a colocá-lo na rota certa".

— Ouvi várias vezes e em certa dose que o processo inflacionário explosivo de 1964 foi contido com o sacrifício dos assalariados. Em 1986, a nova explosão inflacionária foi contida com o sacrifício em primeiro lugar do sistema financeiro e de algumas indústrias que tiveram a infelicidade de ter seus preços defasados em 28 de fevereiro.

— Vejo que o sistema financeiro em seis meses já realizou considerável esforço para se reciclar, a fim de atuar num cenário de moeda estável como qualquer banco dos países industrializados. Acredito que os ajustes que ainda restam poderão demandar o resto do ano, mas, sem dúvida, as perspectivas para 1987 já seriam muito positivas para o sistema que, embora tenha perdido a receita inflacionária, terá ganho a solidez do trabalho em moeda estável.

Moraes Abreu acredita que os juros altos desejados pelo governo e anunciados por Funaro há três semanas permitem criar tempo para que se implantem políticas fiscais austeras, contribuindo para desestimar operações de estocagem. "Uma das grandes vantagens do anúncio é que ele aboliu o sistema bancário, que já não poderia ser responsabilizado pela alta, uma política administrada pelo governo, como sempre foi."

Entende que o caminho para o banco múltiplo está delineado, mas não uma reforma bancária mais ampla que contemple a existência de poucos bancos nacionais e muitos regionais. "Sua execução seria praticamente impossível", adverte.

Por uma política fiscal conservadora

Incerteza nas aplicações financeiras e uma política monetária apertada representam a pior forma de tentar estabilizar o mercado. E mudar as regras do jogo é a pior maneira de estimular os investimentos de longo prazo. São opiniões do economista Rudiger Dornbusch (foto), professor de Economia Internacional do MIT — Massachusetts Institute of Technology e que há pouco visitou o Brasil, país que analisa há anos.

Dornbusch cita a frase do ministro italiano Luigi Einaudi que, ao promover a estabilização econômica do seu país, em 1948, comentou que os capitalistas têm memória de elefante, coração de coelho e pernas de veado. "Assim é a economia de mercado com controle de preços. A reação do mercado é o ágio no paralelo".

Sua principal preocupação é com a política fiscal, que julga folgada. Falta, observou ao JT, "uma política fiscal mais conservadora, porque quem está na empresa indaga-se dentro de três ou quatro meses o déficit orçamentário e sua pressão latente na economia não vão levar a uma política monetária mais apertada. Mas, com uma política monetária mais apertada, as empresas vão pagar mais juros e vender menos. Se a política fiscal mudar, esse perigo para as empresas vai desaparecer".

Dornbusch sugere a reindexação da economia brasileira como essencial para a retomada dos investimentos. "A empresa precisa ter certeza quanto ao custo real do dinheiro, o que se consegue com indexação e pouca intervenção do governo".

Julgou "ótimo" o começo do plano, tanto do ponto de vista de sua concepção como das primeiras medidas. E esclareceu que nos meios acadêmicos há um enorme interesse por programas de estabilização nos países em desenvolvimento, a partir de uma política de rendas, já conhecida nos EUA e praticada por Nixon — "mas que acabou, como aqui, por falta de uma política fiscal conservadora, com a explosão inflacionária de 73/74".

Para Dornbusch, o Brasil deve reduzir o serviço da sua dívida externa, como fez o México. Ele acha também que "o governo

tem o feticismo da inflação zero e, assim, intervém na economia". Com isso, adverte, "quem tem dinheiro está fugindo", o que provoca uma descrença na política econômica e evidencia que a reforma recente do Plano causa apreensão.

Falta o ajuste entre oferta e demanda

— Continuo achando que o Plano Cruzado tem condições de dar certo — afirma Luis Eulálio de Bueno Vidigal Filho (foto), presidente da Fiesp e vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria. Longe de achar que deu errado, estou esperançoso de que as correções venham a ser feitas, em especial correções de preço. Ninguém acha que o congelamento vai acabar de um dia para o outro, com aviso prévio. Há preços que podem subir e preços que podem baixar. Vamos procurar ajustar a oferta e a procura.

— É fundamental — observa — que o governo tenha um pouco mais de cuidado com as Bolsas de Valores, única fonte razoável de recursos para os investimentos do setor privado. Acho louvável a decisão de Ozires Silva de adiar o lançamento da Petroquisa e Petrobrás Distribuidora. Os recursos devem vir do Tesouro, a menos que as empresas vão ser privatizadas. O contrário se chama transferência de recursos da área privada para a área pública.

Quanto à falta de produtos, afirma: "Na verdade, não consigo separar o efeito congelamento da falta de oferta de produtos. Não acredito que a falta seja, no todo, por excesso de demanda. Parte é por falta de rentabilidade suficiente para manter o produto em linha. Isso tende a se agravar quando se quer crescimento de 6 a 7% ao ano e boa parte das empresas industriais não têm capacidade para investir."

Questões que ficaram em aberto

O governo fará uma opção de política econômica entre o final deste ano e o início do ano que vem, possivelmente em janeiro ou fevereiro, prevê o economista Celso Luiz Martone (foto), professor da FEA-USP. A política atual, assinala, deverá ser mantida no curto prazo, mas o decreto-lei que criou o programa de estabilização deixou em aberto questões críticas como a cambial, o congelamento e a correção monetária.

Martone entende que há quatro pontos principais a resolver. Um quinto aspecto seria a necessidade de recursos novos em 1987 e é preciso saber se saíram dos bancos privados, via ingresso no mercado brasileiro de capitais ou via redução dos spreads da dívida externa.

O ponto básico é a escolha entre uma reinflação e uma recessão. Pode-se tentar crescer de 4 a 6% em 87, iniciar-se um desaquecimento e ir em frente. Ou então não admitir inflação superior a 20% e fazer a recessão necessária para manter essa meta. Ou ainda, encontrar uma solução de compromisso, sem meio termo.

O segundo ponto importante é a questão da indexação. A taxa fixa de câmbio é temporária, e já há desconforto na exportação. E quanto ao mercado financeiro: vamos acabar com a correção, mantê-la anual, suprimi-la no curto prazo?

O terceiro ponto — prossegue Martone — é a questão salarial. Vai ser difícil manter o gatilho de 20% porque isto vai perturbar a política econômica.

O quarto ponto é o déficit público. A previsão de 4 a 5% para 87 é incompatível com a estabilização econômica. Alguma coisa terá que ser feita e esta é uma decisão complicada. Isto não pode esperar 87. O Congresso entra em recessão justo quando as coisas teriam que acontecer.

►►► Ainda não sei se a correção era melhor, quando mensal".

Tereza Alvares Penha, antes do Plano Cruzado conseguia Cr\$ 1 milhão por mês da poupança que está fazendo para viajar à Espanha. Está muito decepcionada porque "no último trimestre, recebi só Cr\$ 55,00". E a viagem também vai ficando mais distante, "por causa do compulsório". Na dúvida, vai deixando o dinheiro onde está.

Dona Aurora Valdo, de 77 anos, companheira de Tereza nas tardes de bingo, no Cambuci, não sabe quanto rende a caderneta de poupança que o marido, aposentado, abriu há alguns anos, com o dinheiro economizado "com sacrifício, todo mês". Tem uma filha, dois netos e quatro bisnetos e nenhuma queixa do Plano Cruzado. "Achei bom o congelamento dos preços. Meu marido também acha que a situação está melhor, mesmo com a poupança rendendo menos."

Marcelina Ema Degani, de 70 anos, sempre aplicou suas economias na caderneta de poupança. Tem três imóveis, "alugados a preço de banana", mas nunca pensou em vender nenhum deles, apesar dos conselhos que recebia: "Os amigos diziam para eu vender um imóvel, aplicar o dinheiro e viver tranqüila. Mas nada disso. Deixa os tijolos lá".

Ela nunca investiu acreditando em milagres, "porque dinheiro não cai do céu mesmo". Também não está preocupada com o que recebe agora, pois "não sou muito gastador e mesmo vivendo apertadinho dá para ir levando, sem mexer no capital ou nos juros".

Para Ema, o bom da poupança é que "é uma aplicação simples. É um investimento que qualquer pessoa pode fazer sozinha". Ela torce para que o Plano Cruzado dê certo. Quem perdeu dinheiro? "Bom, quem bancou a cigarra nos bons tempos, não pode se queixar do azar."

Cláudia Bozzo